

## A PRESENÇA DAS CATEGORIAS PAISAGEM E REGIÃO NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Renato Frade da Costa<sup>1</sup>

[r.frade@yahoo.com.br](mailto:r.frade@yahoo.com.br)

### Resumo

*Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado defendida no ano de 2018 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo objetivo foi analisar a apropriação de duas importantes categorias do pensamento geográfico, Paisagem e Região, no meio escolar, por um recorte histórico que abrange as quatro últimas décadas. Para tanto, a pesquisa trás como fontes documentos oficiais formados por leis e proposições curriculares, livros didáticos e o relato de professores(as) que lecionaram Geografia durante diferentes momentos deste recorte histórico. A análise das fontes evidenciou que Paisagem e Região tiveram um grande avanço no âmbito curricular, adquirindo significado teórico e metodológico para a Geografia Escolar, isso já a partir de meados da década de 1980. Esse desenvolvimento acerca das categorias estudadas se vez refletir nos livros didáticos, o que aponta para uma estrita ligação entre os documentos oficiais e a sua produção. No entanto, em relação às práticas docentes analisadas, é notado que estas categorias ainda são utilizadas de forma tímida.*

**Palavras-chave:** Paisagem, Região, Geografia Escolar.

### Introdução

No início da minha trajetória como professor de Geografia, percebi que categorias geográficas, como Região e Paisagem, poderiam contribuir para que o ensino dessa disciplina superasse a transmissão de conteúdos, temas e fenômenos de maneira estanque. Além de serem consideradas essenciais nas práticas de ensino em Geografia, como nos mostra Lana Cavalcanti (1998), categorias consideradas basilares para o pensamento geográfico como Paisagem, Lugar, Região, Território, entre outras, são cada vez mais notadas em livros didáticos (LDs), bem como

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG e integrante do Grupo de Pesquisa e Ensino em Geografia (GEPEGEO).



nas propostas curriculares em nível federal e estadual, inclusive na recém-criada Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o Ensino Fundamental (EF).

Dentre estas categorias geográficas este artigo destaca Paisagem e Região, devido principalmente por sua forte presença na Geografia Escolar. Outro ponto considerado foi à rica trajetória dessas categorias ao longo da história da Geografia, já que desde o fim do século XIX elas são destacadas em estudos geográficos. No decorrer do século XX, Paisagem e Região passam a ser ainda mais valorizadas, assumindo diferentes significados sob a influência de bases teóricas distintas como a positivista, a marxista e a fenomenológico, como podemos ver em Capel (1981). Partindo dessas premissas este artigo busca analisar a importância das categorias Paisagem e Região no campo da Geografia Escolar, em um recorte histórico que se inicia no ano de 1971 e termina na primeira década dos anos 2000.

O ponto de partida desta pesquisa dá-se na implantação da *Lei 5.692 de 1971*, que passa a reger a educação brasileira, promovendo mudanças significativas nos ensinos de 1º e 2º graus. Como delimitador final, foi escolhido o ano de 2010. Esse recorte temporal abrange um período que permiti compreender a influência de diversas propostas curriculares no ensino de Geografia, como as apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia, publicados pelo governo federal em 1998, e pelos Conteúdos básicos Comuns (CBC) de 2007, elaborados pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

O recorte escolar compreendido na pesquisa é restrito as quatro últimas séries do EF, o que não descarta a importância da utilização de categorias geográficas nas séries iniciais ou no Ensino Médio. Esse recorte de seriação foi escolhido por retratar, de acordo com os trabalhos de Cavalcanti (1998), e pela minha experiência como professor no EF, o momento em que os estudantes podem fazer uso, de maneira mais efetiva, das categorias em questão no desenvolvimento do raciocínio geográfico<sup>2</sup>, pois se encontram, no geral, em um estágio de maior desenvolvimento cognitivo.

---

<sup>2</sup> O conceito de raciocínio geográfico, de forma sucinta, pode ser definido, no meio escolar, como a capacidade de analisar espacialmente temas e fenômenos estudados pela Geografia, presentes em um determinado nível de escala e tempo. A concepção de raciocínio geográfico presente neste trabalho, aproxima-se da concepção de educação geográfica presente em Callai (2015, p.204), segundo a qual esse modo de raciocínio é considerado como uma forma de “superar o simples ensinar Geografia, passando os conteúdos, procurando fazer, para além disso, com que os alunos consigam construir as suas aprendizagens, tornando significativos, para suas vidas, esses mesmos conteúdos”.

## Metodologia

Para obter informações sobre o questionamento da pesquisa, foi realizada a análise de dados empíricos presentes em diferentes fontes, tais como documentos oficiais referentes ao EF, formados basicamente por programas e parâmetros curriculares, diretrizes educacionais e leis vigentes no âmbito federal e do estado de Minas Gerais.

Outra fonte importante para as pretensões desta pesquisa são os LDs, uma vez que representam conteúdos de uma determinada área do conhecimento escolar que, sob condições do seu contexto político, educacional e social, retratam algo pensado como importante a ser transmitido aos estudantes, como nos diz Circe Maria Bittencourt. Segundo a autora o LD “cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos, etc.” (Bittencourt, 1997, p; 72). Partindo desses princípios, esta pesquisa não busca a análise dos LDs de uma forma simplesmente descritiva, limitada apenas a determinados conteúdos desvinculados de condicionantes técnicos, pedagógicos, sociais, entre outros. No entanto, tais desdobramentos não poderão ser contemplados neste artigo em respeito ao limite de páginas.

Os LDs de Geografia analisados foram sugeridos pelos professores entrevistados<sup>3</sup> e se referem aos quatro últimos anos do EF. O período da publicação desses materiais compreende o recorte histórico da pesquisa, ou seja, entre 1971 e 2010. Sua análise busca indícios sobre a presença das categorias Paisagem e Região na educação básica. Nessas séries os LDs são um recurso pedagógico de grande valor e se relacionam diretamente à prática docente, como podemos ver em Tonini (2017).

A última etapa metodológica foi a realização de entrevistas, elas buscaram resgatar, na prática docente dos professores(as), aspectos da apropriação didática das categorias Paisagem e Região. Este procedimento metodológico complementa a análise das proposições curriculares e LDs. Segundo Goodson (1995), através da fala desses profissionais, podemos investigar como

---

<sup>3</sup> No decorrer das entrevistas foi pedido aos professores que citassem uma coletânea de LDs que considerassem como a de maior contribuição para o ensino de Geografia.



historicamente eles atuaram de modo a se adaptarem ou resistirem às novas abordagens da Geografia Escolar e às mudanças curriculares. Com esse objetivo, propomos verificar a presença de Paisagem e Região na Geografia Escolar na perspectiva de profissionais que se graduaram e atuaram ao longo do recorte histórico pesquisado. Como critérios de seleção, foram entrevistados professores que atenderam aos seguintes requisitos: ser graduado em Geografia e possuir trajetória como professor(a) no EF iniciada em diferentes momentos do recorte histórico estabelecido.

Com o intuito de empregar maior diversidade ao conjunto dos entrevistados, foram convidados cinco professores que desenvolveram sua carreira em diferentes instituições de caráter público e privado. Os entrevistados foram indicados por professores colegas de trabalho e companheiros dos grupos de pesquisa em educação dos quais faço parte. Nenhum dos profissionais envolvidos possuía conhecimento prévio do tema da pesquisa; ao receberem o convite para a participação, foram informados apenas de que se tratava de uma dissertação de mestrado vinculada à linha de pesquisa História da Educação. Caso fosse exposto, de maneira antecipada, que a investigação versaria sobre a apropriação didática das categorias geográficas Paisagem e Região, poderia haver alguma forma de preparação da fala dos entrevistados, a fim de atender às expectativas do entrevistador/pesquisador.

### **Documentos oficiais**

Compreender elementos de uma disciplina escolar, através de sua presença em currículos oficiais, requer que estes sejam considerados como uma construção social, fruto de diferentes disputas políticas e ideológicas as quais afetam, além do meio educacional, os conhecimentos necessários para o modelo de sociedade que se pretende vislumbrar, como nos diz Ivor Goodson (1997). Os resultados dessas disputas podem ser percebidos diretamente nos conteúdos disciplinares, sobretudo nas áreas referentes a humanidades como é o caso da Geografia.

A análise dos documentos oficiais nos forneceu indícios de como os conteúdos geográficos eram colocados a nível prescritivo, tal como a forma de representação das categorias Paisagem e Região. Partindo dessas fontes foi gerado o quadro síntese a seguir.

**Quadro I- Documentos oficiais analisados**

<b>Documentos oficiais</b>	<b>Forma de abordagem dos conteúdos geográficos</b>	<b>Apropriação das categorias Paisagem e Região</b>
<b>Lei 5.691/71 e Resolução Nº 8 do Parecer 853 de 1971</b>	Não apresenta conteúdos, apenas aponta que a Geografia deve ser vinculada a áreas de Estudos Sociais e enfatizar estudos sobre o Brasil.	Não são encontradas no documento.
<b>Programa de 1973 para ensino de 1º grau – Secretaria Estadual de Educação-SEE/MG</b>	Inseridos em Estudos Sociais, os conteúdos são tratados em tópicos de forma bastante segmentada.	São abordadas de forma genérica, ou seja, com pouca ou nenhuma reflexão científica. Enquanto Paisagem relaciona-se principalmente a aspectos naturais, Região é vinculada principalmente à divisão política do Brasil.
<b>Programa de 1987 para ensino de 1º grau - Secretaria Estadual de Educação- SEE/MG</b>	Buscam abordar a realidade através de conceitos como forma de romper com a hegemonia do método descritivo, além de despertar o pensamento crítico dos estudantes sobre o seu espaço de vida.	O programa denomina Paisagem e Região como de conceitos geográficos, sendo Região relacionada a questões políticas, econômicas, históricas, naturais e sociais.
<b>Programa de 1995 para Ensino Fundamental - Secretaria Estadual de Educação-SEE/MG – Geografia V. 4</b>	Amplia a quantidade de conteúdos em relação à proposta anterior, além de enfatiza a importância da efetivação da renovação teórica estabelecida pelo pensamento crítico na Geografia Escolar.	Apenas Região é exemplificada, dessa vez relacionada a fatores de ordem histórica, econômica, social e natural.
<b>PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de Geografia - 1998</b>	Delimitados em eixos temáticos, são propostos conteúdos que possam ser desenvolvidos junto a categorias consideradas essenciais para o saber geográfico, estudados sobre diferentes tendências de pensamento atuantes na Geografia Escolar.	Paisagem e Região são encontradas ao longo de todo o documento, dotadas de aporte teórico e pensada como um recurso didáticos que pode auxiliar professores e alunos a pensar a Geografia na educação básica.
<b>Proposta Curricular de Geografia – SEE/MG – Ensino Fundamental – Conteúdos Básicos Comuns CBC – 2007</b>	Organizados em eixos temáticos e abordados de forma ampla, os conteúdos estabelecem diálogo entre os diferentes temas presentes na Geografia Escolar	São apropriadas de diferentes formas, o que remete ao pluralismo conceitual, com destaque para as concepções Crítica, Humanística/Cultural e Ambiental.

**Fonte:** dados levantados pelo pesquisador

Ao analisar tais fontes pode-se afirmar que a apropriação de Paisagem e Região, enquanto instrumentos capaz de favorecer a análise do espaço geográfico, ganha relevância na



esfera curricular a partir do programa elaborado em nível estadual pela SEE/MG em 1987, consequência do movimento de renovação do currículo<sup>4</sup> escolar após a abertura política do país. Outros avanços teóricos e metodológicos acerca da utilização dessas categorias são trazidos pelos PCNs em 1998, neste documento as categorias são bastante valorizadas como recurso didático, assim como na proposta curricular elaborada pela SEE/MG em 2007.

### Análise de Livros didáticos

O quadro a seguir traz o nome das coletâneas analisadas, assim como a maneira como os conteúdos geográficos são abordados e a forma como as categorias Paisagem e Região se fazem presentes.

#### Quadro II- Livros didáticos analisados

<b>Livros didáticos analisados</b>	<b>Forma de abordagem dos conteúdos geográficos</b>	<b>Apropriação das categorias Paisagem e Região</b>
<b>Coleção Panorama</b> <b>Autores:</b> Guiomar Goulart de Azevedo e Fabiano Marques dos Santos <b>Período de publicação das obras analisadas:</b> De 1977 a 1982 <b>Séries:</b> 5ª a 8ª	São marcados pela ênfase no processo de descrição das áreas estudadas, envolvendo um leque muito variado de temas bem divididos, mas que pouco se relacionam. Há pouco destaque para as relações do ser humano com o meio natural.	As categorias Paisagem e Região são concebidas de forma bem diversa e irregular entre as séries. Além de receberem pouco destaque, são predominantemente associadas à característica do meio natural.
<b>Coletânea Geografia</b> <b>Autor:</b> Melhem Adas <b>Período de publicação das obras analisadas:</b> De 1979 a 1984 <b>Séries:</b> 5ª a 8ª	Em geral são apresentados de forma descritiva e enciclopédica. Essa relação pouco explicativa e mais informativa, presente nas duas primeiras coletâneas, está de acordo com os princípios da tendência de pensamento geográfico predominante no respectivo período, pautada principalmente no método positivista.	A categoria Paisagem tem pequeno destaque nessas obras; utilizada em capítulos específicos, é associada ao meio natural. Já a categoria Região, apesar da irregularidade com que é percebida, mostra-se presente com certa diversidade em todas as obras da coletânea postas em tela. Sua abrangência vai desde um simples termo, empregado de forma próxima ao senso comum até sua apropriação como complexo recurso didático.

<sup>4</sup> A partir de meados da década de 1980, alguns governos estaduais, como é caso de Minas Gerais, se mobilizaram para elaborar programas curriculares, a fim de romper com os currículos elaborados durante o Regime Militar.

<p><b>Coleção Geografia; Homem e Espaço</b>  <b>Autor:</b> Diamantino Pereira, Douglas Santos, Marcos de Carvalho  <b>Período de publicação das obras analisadas:</b> 1993  <b>Séries:</b> 5ª a 8ª</p>	<p>É destacada a importância da análise histórica dos lugares como forma de entender sua atual configuração espacial. Aspectos relacionados à cultura e à economia de variados povos, assim como as características físicas do lugar onde habitam são bastante estudados.</p>	<p>Apesar de fornecer um tratamento mais aprofundado às categorias Paisagem e Região nos dois primeiros volumes, há grande avanço tanto na presença das categorias quanto na forma de sua apropriação, destacada não mais pontualmente, mas durante o processo de ensino-aprendizagem de diferentes temas, conteúdos e fenômenos estudados pela Geografia.</p>
<p><b>Coleção Geografia; O homem e o espaço</b>  <b>Autor:</b> Elian Alabi Lucci  <b>Período de publicação das obras analisadas:</b> 2000  <b>Séries:</b> 5ª a 8ª</p>	<p>Mesmo destacando a capacidade do ser humano de modificar o seu meio através da produção e transformação do espaço geográfico, as obras remetem a uma Geografia Escolar pautada na descrição de lugares e fatos.</p>	<p>É nítida a opção do autor em aprofundar o desenvolvimento teórico e metodológico das categorias em livros destinados às 5ª e 6ª série, porém, no conjunto das obras Paisagem e Região são percebidas apenas de forma genérica, frequentemente relacionadas a características de diferentes cenários naturais e apropriada de forma predominantemente descritiva.</p>
<p><b>Coletânea Geografia</b>  <b>Autor:</b> Melhem Adas  <b>Período de publicação das obras analisadas:</b> De 2007 a 2009  <b>Séries:</b> 6ª a 9ª ano</p>	<p>O autor propõe superar critérios adotados pelo que chama de Geografia Tradicional, porém, as obras apresentam o estudo de diferentes temas sobre uma perspectiva bem segmentada, sejam eles de ordem natural, social, econômicos, culturais, históricos, entre outros, sem promover sua integração.</p>	<p>É percebido na coletânea que as categorias estudadas são tratadas de forma bem antagônica: enquanto Região é apropriada com ênfase, embasando o estudo de conteúdos e temas propostos nas obras, Paisagem é percebida pontualmente, sem carregar definições conceituais.</p>

**Fonte:** dados levantados pelo pesquisador

Em relação aos LDs, as categorias são notadas de forma gradativa no decorrer dos períodos históricos estudados. Nas obras referentes à década de 1970, elas são apropriadas de forma mais simplória, principalmente Paisagem. Já Região, apesar da irregularidade de sua apropriação nos volumes analisados, recebe algum destaque, porém sem incorporar novas abordagens teóricas e metodológicas, pautando-se, principalmente na descrição.

Na coletânea elaborada durante a década de 1980 as categorias passam a desenvolver mais o seu caráter científico, principalmente nos volumes referentes às 5ª e 6ª séries, como indicado na proposta curricular de 1987 elaborada pela SEE/MG. Dessa vez, Paisagem passa a ter maior destaque em relação à Região, chegando a ser considerada como o principal objeto de



investigação da Geografia. A valorização das categorias continua nas obras elaboradas já na primeira década de 2000, próximas de recorte histórico delimitador da dissertação, nas quais Paisagem e Região assumem o protagonismo entre as categorias geográficas.

## Entrevista com professores

### *Professora Ana*

Em seu relato a professora diz apropriar-se das divisões regionais elaboradas pelo IBGE, para abordar conteúdos vinculados aos estados que compõem a divisão do território brasileiro. Essa forma de ensino, em que é priorizado o estudo das grandes regiões oficiais e seus estados em detrimento de temas e conteúdos geográficos, foi amplamente difundido nas proposições curriculares e em LDs até meados da década de 1980, sendo muito comum sua utilização na Geografia Escolar, mesmo na atualidade. Sob essa perspectiva muitas vezes a categoria Região torna-se o objetivo do estudo e não um instrumento para os estudantes pensarem o Espaço Geográfico. No trecho a seguir, a professora cita exemplos de como as categorias Paisagem e Região eram apropriadas durante suas aulas.

“(...) para o estudo de um tipo apenas de **região**, dentro dessa **região** como que é a distribuição de cidades, como que é o tipo de moradias, então a gente fazia um estudo dentro daquelas áreas, o que essas áreas precisariam para melhorar, o que essa área tem para oferecer para enriquecer, para melhorar. Então nós temos Paisagens dentro de Minas Gerais, se você olhar o mapa de Minas tem várias **paisagens** para serem estudadas. O norte de Minas onde vai prevalecer um tipo de moradia, um tipo de cidade, de vegetação e um tipo de agricultura. O sul de Minas, uma **região** rica, outro tipo de agricultura, outro tipo também de escola, de hospital, tudo dentro daquela **região**, daquela **microrregião**. A **região metalúrgica**, o que prevalece mais na **região metalúrgica**. Quem for trabalhar em uma **região**, o que mais ele precisaria para trabalhar, para morar. Porque que vocês moram nessa região, que tipo de mineral que tem, para que serve, então isso às vezes você teria que separar mesmo por **paisagem** e por **região** para estudar (...)” (Fragmento extraído da entrevista de Ana em 2017 – grifos do pesquisador)

A partir da fala da professora percebe-se que as formas de regionalização obedecem a fatores econômicos e administrativos, como é o caso das subdivisões do território mineiro, que se biparte em Sul de Minas e Norte de Minas. Já a denominação região metalúrgica remete a

uma característica econômica marcante de uma localidade do estado de Minas Gerais. A partir dessa forma de regionalização, Ana cita a possibilidade de estudar diferentes temas, como tipos de vegetação, agricultura, características dos núcleos urbanos, como moradias e serviços públicos. Tais aspectos reforçam ainda mais a associação da categoria Região com uma Geografia Escolar que estabelece a abordagem de porções territoriais de modo separado, promovendo o estudo mais detalhado dos seus elementos internos, pautados na assimilação de informações fornecidas principalmente pelo professor e pelo LD. Mesmo com o intuito de relacionar elementos de diferentes Regiões com os cotidianos dos estudantes, assim como eram a proposta curricular de 1973 e os LDs analisados, os exemplos dados expõem uma prática pedagógica segmentada e descritiva.

*Professora Carolina*

Na fala da professora Carolina não fica nítida a presença de Paisagem e Região como categorias geográficas, o que pode ser relacionado à sua pouca familiaridade envolvendo o seu uso, conforme é indicado no seguinte trecho da entrevista:

“Eu não percebia muito essa questão de Região e Paisagem, mas eu fazia uma coisa meio que misturada, para mim não *tava* bem claro e eu não transmitia bem claro também não, a gente fazia um estudo como um todo... eu saía com eles na rua, podia fazer isso, às vezes eu levava eles onde era a quadra para eles verem a Paisagem da cidade. Então a gente observava os prédios, os bairros de prédios, o centro da cidade, o bairro São Geraldo e o Caetano Furquim que não tinha prédios, a gente fazia ele enxergar isso na realidade dele. Trabalhava mapas, o globo, filmes” (Fragmento extraído da entrevista de Carolina em 2018).

Nota-se que a professora parece não avançar para além do senso comum quando fala sobre o emprego da categoria Paisagem – algo também recorrente em exemplares de LDs, quando, por vezes, as categorias não eram empregadas com o embasamento teórico e metodológico esperado para uma aula de Geografia.



*Professor José*

O professor mostrou conceber as categorias Paisagem e Região não apenas como mais um conteúdo a ser transmitido, ou mesmo utilizado para estudos de temas fragmentados, que pouco contribuem para a compreensão do espaço geográfico em que se desenvolvem:

“Eu tentava assim, de certa maneira mostrar para eles que essas categorias não são categorias prontas, acabadas, dadas, e que dependia muito também de qual fosse a abordagem que você estava colocando em foco ali. Então, por exemplo, eu sempre tive horror, um trauma na minha graduação foi essa Geografia Regional, que divide o Brasil em cinco Regiões e trabalha aquela realidade ali dissociada, na minha prática eu conseguia romper com isso claramente, então, por exemplo, aquela fragmentação, se é Geografia Física, se é Geografia Humana, se é Geografia Econômica. O que me vem à cabeça é quando comecei de certa maneira a trabalhar a partir de temas, então via temas que eu achava que naquele momento eram pertinentes para se abordar, a questão agrária, por exemplo, eu tentava fazer essas costuras a partir de uma abordagem, de uma questão específica, migração, questão agrária, reforma agrária, eu tentava o que é possível a gente trazer de regionalização, outras coisas podem ser trabalhadas” (Fragmento extraído da entrevista de José em 2018).

O professor busca superar o pensamento científico hegemônico na Geografia Escolar brasileira até por volta da década de 1970, e propor algo que se assemelha à concepção de educação geográfica. Nesse sentido, categorias como Paisagem e Região podem assumir a função de auxiliar os estudantes nos diferentes níveis de análise e interpretação dos Espaços Geográficos e seus atores, proposta esta trazida para o ambiente escolar, ainda que de forma irregular e com algumas ressalvas, pelos LDs analisados produzidos a partir da década de 1980. No entanto, o professor não cita a categoria Paisagem em seus exemplos, o que pode evidenciar sua pouca familiaridade com essa categoria.

*Professor João*

O professor explica de maneira detalhada exemplos da apropriação das categorias Paisagem e Região em sua prática docente, como é mostrado na passagem a seguir:

“Tem um trabalho que eu faço que se chama *O olhar geográfico*, ele (o **aluno**) tem que observar, mapear a área do bairro dele, da Região dele, aonde tem comércio, quais são os ônibus, aonde eles passam, em qual Região do centro da cidade, tem todo um trabalho, conversar com o representante da associação

de bairro para saber os interesses da Região, eu estou tratando da Região bem próxima do aluno, porque não adianta trabalhar mapas, falar da regionalização do Brasil, eu parto muito do que está próximo aqui para depois avançar nisso, na região norte, o que for. Então eu acho importante termos o conhecimento local, a partir dele conhecermos algo mais distante, então é por isso que falo deste trabalho que é muito interessante, eles tem que pesquisar os interesses da região, se tem manifestações culturais, se tem feiras, e eles vão se deparando com coisas que eles nem sabiam que tinha no bairro deles, na região, e eles vão interagindo mais, porque hoje infelizmente né. Eu fui criado conhecendo pessoas de vários bairros, brincando, e hoje eles não são criados assim, eles não conhecem nem o vizinho do lado. Então para falar da categoria Região eu gosto de partir, principalmente para o Ensino Fundamental, de conhecer o que está próximo dele. (Fragmento extraído da entrevista de João em 2018, **grifo do autor**).

Podemos perceber que características atribuídas à categoria Região se aproximam de outra categoria chave para o desenvolvimento do pensamento geográfico, que é Lugar; categoria essa destacada sob o viés da tendência geográfica Humanística/Cultural, que ganhou espaço na Geografia Escolar por volta do fim da década de 1990. A ênfase nos espaços vividos pelos estudantes também é destacada por esta tendência de pensamento, enfatizada nos PCN e pelo programa curricular elaborado pela SEE/MG em 2007. Sob esta perspectiva, além da valorização do espaço geográfico como local de vivência, as categorias geográficas destacam diferenças culturais, ambientais, econômicas, entre outras, que marcam uma determinada localidade, conforme é observado pelo professor João.

### *Professor Francisco*

Na fala do professor Francisco, é notado com muita frequência à categoria Região. Apropriada, de modo geral, sob de uma perspectiva geográfica reconhecida por ele como próxima daquela com a qual teve contato nos tempos de estudante no EF, como observamos no seguinte trecho:

“Na verdade o conceito de Região, eu tendo um pouco a reproduzir o que aprendi antes até da graduação... No 9º ano, começando mesmo pela regionalização do continente, no 8º eu trago outros continentes. Eu tendo a trabalhar a Paisagem, pois é uma das figuras melhores para explicar o mundo, pelo menos para os meus alunos é através da Paisagem. A Paisagem é



importante para eles conhecerem o que eu estou falando. Se você falar de algum lugar sem ter essa possibilidade de visualização, eu acho que fica complexo, tendo a trabalhar muito com eles as questões. Por exemplo, eu vou trabalhar justiça social, acabo também tendo que descrever certas Paisagens urbanas, por exemplo, culturais e regionalizar também as injustiças na cidade, no estado, no mundo, no país. Eu to vendo que eu sou muito regionalizador.” (Fragmento extraído da entrevista de Francisco em 2017).

O professor apresenta elementos típicos dos estudos regionais herdados da escola geográfica francesa e difundidos na Geografia Escolar brasileira desde a primeira metade do século XX, na qual são tratadas as principais características de cada Região de forma separada, algo marcante no programa curricular e nos LDs analisados no primeiro capítulo desta dissertação. No entanto, ao se tratar da categoria Paisagem, são apresentadas preocupações mais recentes no âmbito da Geografia Escolar e que fogem dessa tendência geográfica, como aspectos culturais e sociais, no sentido de se evidenciar o que o professor chama de justiça social. Este último quadro busca sintetizar, a partir de elementos contidos na fala dos professores(as), as modos como as categorias estudadas são apropriadas em sua prática docente, além de algumas informações sobre sua formação acadêmica.

### Quadro III- Relatos dos professores(as)

<b>Professores(as)</b>	<b>Ano de formação e período de atuação</b>	<b>Concepção e apropriação das categorias Paisagem e Região em sua prática docente</b>
Ana	Graduação em Pedagogia, Estudos Sociais e Geografia pela PUC-Minas entre 1970 e 1977.	Região é apropriada basicamente para promover a divisão dos conteúdos ensinados por diferentes porções territoriais. As formas de regionalização obedecem a fatores econômicos e administrativos. Paisagem não é notada enquanto categoria de análise geográfica.
Carolina	Graduação em Geografia pela UFMG entre 1976 – 1979.	A concepção apresentada acerca das categorias está mais próxima ao senso comum, do que a categorias geográficas.
José	Graduação em Geografia pela PUC-Minas entre 1984 – 1987.	As categorias são pensadas como um instrumento capaz de auxiliar os estudantes nos diferentes níveis de análise e interpretação dos Espaços Geográficos. No entanto são verificados poucos exemplos práticos em sua fala.

João	Graduação em Geografia (2001), pelo Centro Universitário Belo Horizonte.	A concepção da categoria Região percebida na fala do professor se confunde com a categoria Lugar. Paisagem não foi destacada na entrevista.
Francisco	Graduação em Geografia pela UFMG concluída em 2001.	As categorias apresentam aspectos que remetem desde uma Geografia mais descritiva e factual, como observado nas formas de regionalização, até um viés crítico, atribuído a categoria Paisagem.

**Fonte:** dados levantados pelo pesquisador.

### Considerações finais

A pesquisa proporcionou avanços para a história da Geografia Escolar, principalmente por tratar da trajetória de categorias geográficas de relevância para esta área do conhecimento. Após a análise dos três tipos de fontes, junto ao embasamento teórico com o qual se estabeleceu diálogo, foi constatado que a partir de meados da década de 1980 há uma considerável valorização das categorias Paisagem e Região nas propostas curriculares, algo que pode ser observado no *Programa para ensino de 1º grau de 1987*, elaborado pela SEE/MG, assim como em alguns volumes das coletâneas de LDs analisados. No entanto, as entrevistas com professores que se graduaram entre a década de 1970 e início dos anos 2000, indicam que estes profissionais, no geral, não se mostraram preparados ou mesmo estimulados a se apropriarem destas categorias enquanto um recurso didático em sua prática docente, fazendo com que elas fossem percebidas de forma incipiente em seus relatos.

Os resultados das análises nos leva a constatar que a valorização das categorias Paisagem e Região, observada nas propostas curriculares, contribuiu diretamente para que as mesmas fossem tratadas com maior destaque nos LDs, deixando de ser notada apenas por definições rasas e mais próxima do senso comum, para assumir caráter teórico e metodológico. Essa mudança na concepção das categorias em questão, notada nos LDs, reflete a necessidade destes materiais em atender as propostas presentes no âmbito dos currículos oficiais. O fato destas categorias terem sido percebidas de forma incipiente na fala dos professores, mesmo após a sua difusão nas propostas curriculares e LDs, pode ser compreendida como algo natural ao se considerar, assim como Goodson (1997), que as mudanças no meio escolar são fruto de



processos de longa duração, visto o peso das tradições presentes no meio escolar, estabelecidas por atores como o poder público, a academia, os professores e demais membros da comunidade escolar, entre outros.

Sobre os resultados alcançados ficou o seguinte questionamento: os professores de Geografia estão capacitados para apropriar-se de categorias geográficas como Paisagem de modo a favorecer a análise espacial de diferentes temas estudados por esta disciplina escolar? Espero que em breve outras pesquisas possam avançar nesse sentido, visto a relevância desta temática, tanto para a Geografia Escolar, como para a formação de professores.

### Referências bibliográficas

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CALLAI, H. C. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. In: RABELO, K. P.; BUENO, A (org.). **Currículo políticas públicas e ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás. 2015.

CAPEL, H. **Filosofia y ciência em La Geografía contemporánea**. Uma introducción a la Geografía. Barcelona: Ediciones Del Serbal. 1981.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. São Paulo: Papyrus, 1998.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. Porto: porto editora, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Coleção Educa-Currículo, 1997.

TONINI, Maria Ivaine *et al.* (Org.) **O livro didático de geografia e os desafios da docência para a aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.